



ARTIGOS



## Reflexões Sobre Empoderamento Feminino e Governança Universitária

Joanah Dal Mas dos SANTOS, *Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

Hildegard Susana JUNG, *Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

Mariana Pinkoski de SOUZA, *Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

Emanuele BARBOSA, *Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

Paulo FOSSATTI, *Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

---

**Resumo:** O objetivo do estudo consiste em refletir sobre o empoderamento feminino como uma das responsabilidades da governança universitária. A universidade confere poder à sua comunidade educativa por meio do capital cultural que ajuda a forjar. A metodologia é qualitativa e fundamenta-se na revisão de literatura. Os resultados sinalizam que o machismo ainda exerce poder na sociedade, manifestando-se em diversas áreas, incluindo o mercado laboral; a governança cumpre papel relevante no empoderamento feminino, conferindo poder à comunidade educativa por meio do capital cultural que ajuda a forjar; a mulher está em maioria nas Instituições de Educação Superior. A Educação Superior constitui espaço da presença feminina, com papel fundamental no empoderamento, mas se percebe maior presença masculina em altos cargos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Instituições de Ensino Superior. Capital Cultural. Mercado Laboral.

---



## Primeiras Palavras

O mercado de trabalho, a partir do século XIX, vem se modificando, assim como a figura e participação da mulher nele, principalmente através do empoderamento feminino perante seu lugar como trabalhadoras (OLIVEIRA, 2018). Antunes (2009) corrobora com o exposto quando ressalta o avanço contemporâneo material e subjetivo do indivíduo ao relacionar-se em sociedade. O autor ainda coloca nessa relação social do trabalho, a importância do “ser e existir” (ANTUNES, 2009, p. 17). Portanto, entende-se o mercado de trabalho como um instrumento significativo para o ser humano expressar sua identidade, modo de ver o mundo e sentir-se útil, pois ele extrapola a necessidade da renda como meio de sobrevivência, abrangendo também a inserção dos sujeitos no meio social, político e econômico na comunidade. O empoderamento feminino vai além da questão de luta de um movimento social e da construção interior da mulher, mas também perpassa a interface do trabalho, pois é a apropriação da inserção social e a voz ativa das mulheres atuantes em reciprocidade com os homens na esfera laboral. Ou seja, percebe-se a influência do sentido de vida (ANTUNES, 2009) e modo de viver que o trabalho faz na rotina da mulher, até mesmo na construção desse empoderamento.

A participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando nas últimas décadas, desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988. No ano de 2015, a presença das mulheres no mercado de trabalho era equivalente a 43,7% dos empregos formais no Brasil, com uma diminuição também da diferença salarial que estava em 16,1%, menor que a dos homens. Contudo, tratando-se de cargos de maior destaque e exigência de maior instrução, a diferença salarial aumenta para profissionais de diferentes sexos com a mesma formação. Com diploma de graduação, as mulheres recebem cerca de 62,2% do salário se comparado à média paga aos homens, 69,7% para profissionais com mestrado e 81,1% com doutorado (PRONI; PRONI, 2018).

Assim como cresce a presença das mulheres no mercado laboral, a complexidade e problematização dos ambientes nos quais são inseridas cresce igualmente nestes espaços, pois envolve altos cargos, a presença da



mulher nas universidades, na economia e demais âmbitos sociais. Neste contexto, Machado (2017) explica que a economia solidária é formada de diversas maneiras e organizada por homens e mulheres solidariamente. Para a autora há uma hierarquização velada dentro dessa economia, visto que historicamente não se observa o lugar de fala da mulher nesse âmbito, pois “a tarefa de fazer ouvir suas vozes possui um apelo teórico e político simultaneamente” (MACHADO, 2017, p. 36). Concordamos com a autora perante a problemática de lugar de fala. A mesma ainda sinaliza para a importância da percepção individual sobre isso, para então o empoderamento e testagem individual de limites naquele lugar. Diante disso, estamos de acordo com as inferências de Machado (2017), mas tudo isso corrobora com o sistema do mercado de trabalho e não apenas na economia solidária, na qual a própria autora ressaltou haver uma hierarquização velada.

Segundo Barros e Mourão (2018), há modificação no mercado de trabalho desde a década de 1960, com o acontecimento dos principais movimentos feministas, do papel da mulher na sociedade. No Brasil, um dos reflexos dessa modificação se dá na área educacional, onde as mulheres são maioria em todos os níveis. Os números oficiais demonstram que, no ano de 2014, as mulheres ocupavam 53,8% das vagas na graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 58,6% nas particulares. Entre os mestres e doutores formados, as mulheres constituíram 60,6% e 55% das titulações respectivamente (BARROS; MOURÃO, 2018). As autoras salientam, porém, que mesmo com a maior participação na educação superior, as mulheres continuam sub-representadas em algumas áreas do conhecimento, encontrando dificuldade para alcançar cargos de maior prestígio e de liderança.

Corroborando com o que Barros e Mourão (2018) evidenciaram sobre o crescimento na participação das mulheres nas IES, Dias e Nunes (2017) apontam sobre o crescimento de cursos e alunos inscritos nas instituições de educação superior. Os autores ainda ressaltam que a IES ultrapassou o âmbito do ensino, pesquisa e extensão, sendo vista como “um grau de negócio altamente rentável” (DIAS; NUNES, 2017, p. 14), ou



seja, consequência da mercantilização do ensino<sup>1</sup>. Este, como os escritores salientam, não é apenas o caso do Brasil, mas também de outros países. Destacamos que as IES cumprem papel significativo não apenas na formação e excelência de ensino ofertada, mas também como representatividade no mercado de trabalho como forma de geração de renda e empregabilidade.

Neste cenário, a universidade confere poder à sua comunidade educativa por meio do capital cultural que ajuda a forjar, tornando-se uma responsabilidade da governança universitária o empoderamento de suas comunidades educativas, entre elas, as mulheres. Assim sendo, o objetivo do presente estudo consiste em refletir sobre o empoderamento feminino como uma das responsabilidades da governança universitária.

## Metodologia

Para Marconi e Lakatos (2016) existem vários tipos de conhecimento e, dentre eles, há o conhecimento científico. Para as autoras, o conhecimento científico ancora-se em ocorrências ou fatos e é sistemático e verificável. Após essa definição do que é conhecimento científico, corroboramos com Will (2012) quando define que um artigo científico possui uma densidade distinta da monografia, desde o número de páginas até a objetividade que um artigo esclarece o assunto proposto. Para a mesma, um artigo é caracterizado deste modo por “apresentar os resultados da pesquisa de forma sintética e analítica” (WILL, 2012, p. 111). Para um estudo ser considerado científico, como destaca a autora, ele precisa seguir alguns critérios, esses entendidos como o método ou metodologia utilizada para elaborá-lo. Existem diferentes formas de estruturar um artigo científico, dessa forma, no presente trabalho, escolheu-se o trajeto metodológico da seguinte maneira: de ordem qualitativa, fundamentando-se na revisão de literatura através de plataformas de pesquisa em artigos de periódicos, caracterizando-se assim em um estudo de caráter literário.

---

<sup>1</sup> Abordamos aqui as IES com fins de lucro, pois as estatais e comunitárias não são rentáveis nem caracterizam-se como negócio (BRASIL, 2013).



A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada por um fenômeno que leva em consideração a unicidade de cada situação, como aponta Will (2012). Para a autora, um estudo qualitativo ultrapassa a análise dos dados quantitativos, ou seja, não está ligada unicamente ao aparente, mas também ao que não está explícito. Para Will (2012), o estudo de caráter bibliográfico refere-se à coleta de dados em bibliografias: artigos, livros, jornais, entre outros. Posto isso, esse estudo encaixa-se nesse caráter, pois a revisão da literatura se deu através das seguintes plataformas de pesquisa: Capes Periódicos, Google Acadêmico e Scielo, com os descritores: mulher e mercado de trabalho; empoderamento feminino; mulheres na educação. Os critérios de inclusão e exclusão de pesquisas nessas plataformas foram publicações dos últimos cinco anos e aderência ao presente artigo. Para análise e interpretação dos dados obtidos utilizamos, como expõem Marconi e Lakatos (2016), a leitura crítica do material bibliográfico pesquisado nas plataformas de pesquisa citadas e demais achados sobre o tema, como em livros.

Dessa forma, foi feita a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), análise de conteúdo é um trajeto metodológico, rico em instrumentos que consiste em apresentar diversos discursos, na qual a autora ainda reitera que está em constante aprimoramento. A partir da leitura crítica e da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), descrevemos três principais passos expostos pela autora:

- 1) A pré-análise: o pesquisador seleciona e organiza o material para seu estudo, dessa forma delimita e sistematiza as primeiras ideias;
- 2) A exploração do material: aqui o pesquisador explora os achados que foram delimitados e sistematizador incansavelmente;
- 3) O tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nesta última etapa, o pesquisador apresenta os resultados obtidos através das etapas passadas na análise, demonstrando achados relevantes e válidos. Após isso, o pesquisador faz então suas inferências e interpretações diante dos achados.



Posto tudo isso, para a seleção do material obtido, através da análise e dos critérios de inclusão e exclusão mencionados acima, seguimos as quatro regras de Bardin (2016):

- a) Exaustividade: após a definição do campo, realiza-se uma busca exaustiva em torno dos achados;
- b) Representatividade: mostra rigorosa do material obtido;
- c) Homogeneidade: critérios de escolha (inclusão/exclusão);
- d) Pertinência: os documentos mantidos condizem com uma fonte adequada e com o objetivo da pesquisa.

## **Discussão dos Resultados**

### **O Empoderamento Feminino Como uma Responsabilidade da Governança**

O termo e o conceito de governança é vasto (SANTOS; BRAGA; GUIMARÃES-IOSIF, 2016) e amplamente estudado por diversas perspectivas teóricas. No Brasil, o conceito ganha voz no período pós-constituente, como afirmam os autores Santos, Braga e Guimarães-Iosif (2016). Segundo eles, depois da reforma de Estado, pesquisadores começam a se interessar mais e pesquisar sobre isso. Dito isso, a partir desse momento, a governança se faz presente não apenas no contexto político, mas também social-cultural e educacional, ou seja, atualmente, “a governança passou a se referir também às formas de organização da sociedade civil e à ação pública” (SANTOS; BRAGA; GUIMARÃES-IOSIF, 2016, p. 647).

Pode-se refletir, a partir do exposto, que a governança concentra-se em coordenar, governamentalmente ou não, a globalização que impera no mundo (SANTOS; BRAGA; GUIMARÃES-IOSIF, 2016). No Brasil, ainda de acordo com os autores, deu-se importância à governança educacional a começar pela Constituição Federal de 1988, perpassando pela Reforma do Estado, em 1995 e por fim pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996 (SANTOS; BRAGA; GUIMARÃES-IOSIF, 2016).



Para Fossatti, Contreras e Jung (2017) o bom andamento de uma governança universitária advém da qualidade da gestão de quem é responsável pela mesma. Para Santos, Braga e Guimarães-Iosif (2016) a governança educacional justifica-se através do amparo diante das pessoas que estão na gestão, tendo como objetivo a eficiência e eficácia dos mesmos, considerada como importante ferramenta para a tomada de decisão, resolução de problemas, redução de gastos e a democratização ao acesso no sistema de ensino. Portanto, para que haja o bom funcionamento da governança, bem como a eficiência e eficácia da mesma, a formação de quem trabalha na equipe da instituição de ensino é fundamental (FOSSATTI; CONTRERAS; JUNG, 2017).

Os autores Fossati, Contreras e Jung (2017, p. 17) expõem a relevância do olhar atento diante das pessoas, sejam elas atuantes na gestão ou não, visto que “son personas formando a otras personas”. Diante dessa perspectiva, a formação de um gestor atuante na governança educacional extrapola a formação teórica e estratégica, sendo levado em consideração também a subjetividade e capacidade de compreensão do mesmo.

Levando em consideração a falta de atuação feminina em altos cargos de gestão, dentro e fora das IES, as mulheres também compõem uma figura que ainda não é representada em cargos, ou seja, há falta de práticas voltadas para as mulheres pela governança, bem como a representatividade nesses cargos (SILVA JÚNIOR; MARTINS, 2017). Segundo os autores, a presença feminina em tais cargos da governança demonstra resultados positivos, sendo esses: vantagem na tomada de decisão, abertura para novas ideias, elaboração de políticas públicas e melhora no quesito financeiro. Se o papel fundamental da governança é o bom funcionamento, com eficiência e eficácia, a presença das mulheres é significativamente necessária para tais resultados serem alcançados.

Antes de abordar o empoderamento feminino é preciso significar o termo empoderamento. De acordo com o Dicionário Online de Português, a palavra empoderamento significa: dar e obter poder, tornar-se poderoso, ter domínio. Entretanto, o real significado de empoderamento vai muito além da significação que o dicionário aponta,



ele é fluido, como ressalta Marinho e Gonçalves (2016). Em um contexto que perpassa a individualidade de cada sujeito, mas também em um âmbito geral, incluindo grupos e movimentos, o empoderamento contém a capacidade dessas pessoas de ressignificar pensamentos e comportamentos já pré-estabelecidos sócio-culturalmente (MARINHO; GONÇALVES, 2016). Jung, Cauduro e Sudbrack (2016) trazem toda a trajetória da palavra empoderamento em sua pesquisa. Os autores começam traçando o significado etimológico da palavra, que em um primeiro momento conduz a investir-se de poder e no auto-empoderamento, conforme Dicionário Online de Português (JUNG; CAUDURO; SUDBRACK, 2016). Posteriormente, os pesquisadores inserem o individual, social e político acerca do significado do termo. O empoderamento foi iniciado durante a Reforma Protestante (1552), mas na metade do século 20 esse termo voltou a ser utilizado em grande parte nos Estados Unidos, nos movimentos sociais, até mesmo no feminismo. Além disso, diferentes áreas do conhecimento e esferas da sociedade fazem uso desse termo.

Ainda nos achados de Jung, Cauduro e Sudbrack (2016), são discutidas duas perspectivas da palavra empoderamento utilizada pelo autor Paulo Freire: a da abordagem feita por ele quanto ao sentido subjetivo de mudança pelo ser humano ao empoderar-se, bem como a utilização do termo em apenas uma de suas obras. Posto tudo isso, Jung, Cauduro e Sudbrack (2016) finalizam suas inferências quanto ao emprego da palavra empoderamento por Paulo Freire, expondo que o trabalhador deve investir-se de poder, ou seja, empoderar-se através da comunidade, do diálogo e levando em conta que a educação é uma peça de muita importância. Corroboramos com o exposto em parte, visto que a educação atua de maneira diferente em cada sujeito e que, primeiramente, antes de contribuir para a sociedade através do diálogo, é preciso empoderar-se individualmente, para que uma fala assertiva seja feita, como no caso do movimento feminista, por exemplo, para que assim a contribuição na vida de outras mulheres seja empática e que as movimente a pensar além, a empoderar-se igualmente.



Portanto, o empoderamento não faz parte apenas do âmbito individual dos sujeitos, mas também social e político. Como exemplifica Marinho e Gonçalves (2016), o significado de empoderamento pode relacionar-se com a promoção da autonomia, até mesmo no fortalecimento da luta das mulheres. O feminismo então apropria-se em sua causa da significação, diante dos três pilares já citados (individual, social e político) do termo empoderamento. As autoras percorrem a trajetória do empoderamento feminino a partir de diferentes pensamentos da história, ou seja, principais pontos para o movimento do empoderamento feminino. Explicam que a primeira vaga feminista corresponde ao início do século 19 até 1960, na qual as mulheres lutam para sair da posição de submissão, para serem consideradas cidadãs. A segunda vaga foi até 1980 e corresponde às mulheres, já inseridas no mercado de trabalho, terem lugar de fala e direitos como trabalhadoras. A partir da abordagem quanto às relações de poder, surge-se ainda na segunda vaga, questionamentos a partir das relações e diferenças entre homens e mulheres (MARINHO; GONÇALVES, 2016). As autoras expõem reflexões acerca das relações de poder a partir de Foucault, pois segundo elas, mesmo os homens tendo maior obtenção de poder diante das mulheres, não é descartada a resistência como uma possibilidade alcançável: “onde há poder, há resistência” (Marinho & Gonçalves, 2016, p. 83). A terceira vaga feminista é fortemente marcada pela luta da diversidade sexual e antiessencialismo, como apontam as autoras. Posto isso, concordamos com as mesmas quando concluem que o empoderamento não é algo com início, meio e fim, ou seja, linear e pragmático.

Marinho e Gonçalves (2016), e Jung, Cauduro e Sudbrack (2016) abordam a importância do conceito de empoderamento. Ademais, Marinho e Gonçalves (2016) reforçam as convergências ao coletivo e ao individual, ou ambos, que autores dizem que o empoderamento emprega. Visto tudo isso, pensamos aqui empoderamento como: um processo de desconstrução de dentro para fora, no qual a pessoa confere poder a si mesma para ir além e refletir, bem como lutar sobre algo que lhe dê sentido, algo maior. Assim, o termo não é apenas coletivo ou individual, mas os dois, pois cada um influencia o outro. Portanto, não se pode excluir



o coletivo, pois ele é uma parte essencial para o processo de desconstrução, sendo, por vezes, o princípio. Porém, esse processo se dá e se permite acontecer apenas individualmente, posto que o sujeito é composto em totalidade, ou seja, social e politicamente também. Cezar, Scherer e Corso (2017) denominam isso de dimensão psicológica do empoderamento, na qual o desejo de mudança desperta-se do interior.

## **A Luta Das Mulheres Como Movimento Social**

Em sua pesquisa, Thome (2012) ressalta a importância da transversalidade de gênero na abordagem contra a discriminação das mulheres inseridas no mercado de trabalho, criando políticas de promoção para elas. Para a autora, a transversalidade é um fator essencial para o resultado de políticas públicas voltadas para o público feminino, visto que a transversalidade leva em conta diversos âmbitos como o contexto social, familiar, empregatício, educacional, entre outros nos quais a mulher está inserida. Thome (2012) ainda esclarece que diversos sujeitos e grupos fazem parte da assistência para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a transversalidade de gênero como, por exemplo, o movimento feminista.

Devido à importância da luta das mulheres, como movimento social, fazendo parte do contexto sócio-cultural e até mesmo histórico na sociedade, traz-se à luz da teoria esse debate. Como elucidado por Trat (2009) os movimentos sociais são marcados por momentos de crise na política e na sociedade, visando a quebra de paradigmas. Dito isso, o feminismo parte, em origem, do reconhecimento da diferença das relações, enfoque dado ao poder entre homem e mulher, como evidencia Fougeyrollas-Schwebel (2009). Na perspectiva política, a base do feminismo se dá através da busca por direitos universais básicos, antes dificultados e até mesmo negados, ou seja, uma luta por reconhecimento como pessoa, como cidadã.

Em seu texto Marques-Pereira (2009) expõe que diversos fatores foram importantes para a conquista da cidadania das mulheres, dentre eles, a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). A



autora declara que atualmente três âmbitos compõem a cidadania, sendo estes os direitos e deveres, uma identidade e, por fim, representação e participação na política. Neste trabalho, Marques-Pereira (2009) introduz a questão do estabelecimento de grupos para uma representação social significativa, trazendo diferentes autores e teorias que abordam o tema da cidadania e representatividade de minorias. Apesar disso, a autora ressalta que, apesar das diferenças de teorias, a cidadania nada mais é do que uma prática dependente do poder e lutas para uma representatividade de lugar e direitos, não esquecendo da tomada de decisão por meio de políticas públicas. Entretanto, o feminismo vai muito além da luta pela cidadania da mulher e suas reivindicações políticas, ele questiona e ampara diversos âmbitos da vida das mulheres, pois o movimento feminista é composto por ondas históricas e também existem diferentes abordagens dele.

Segundo Fougeyrollas-Schwebel (2009) a primeira onda acontece na metade do século XIX, início do século XX, e a segunda ocorre na metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, esta segunda denominada como neofeminismo. Esta perspectiva corrobora com Sartório, Prates e Ferreira (2017) quando esclarecem que a primeira onda ocorre entre o século XIX e XX, pela qual as mulheres lutavam por direitos, ainda sendo vistas como submissas. Essa onda, segundo os autores, ficou conhecida como sufragismo. A segunda onda iniciou-se na década de 1960 onde as mulheres reivindicavam liberdade sexual, salarial, educacional, entre outros (SARTÓRIO; PRATES; FERREIRA, 2017). Os autores ainda indicam uma terceira onda, iniciada na década de 1990, influenciada pela teoria *queer*, que se detém fortemente nas questões referentes à sexualidade, etnia, educação, trabalho e o lugar da mulher na sociedade, levando em conta seu ser em totalidade (SARTÓRIO; PRATES; FERREIRA, 2017).

No presente artigo não exemplificaremos cada uma das ondas, pois foge ao escopo da pesquisa, mas é preciso que tenhamos consciência da trajetória histórica desse movimento social, bem como suas atuais abordagens referentes a esse tema. Atualmente é percebida uma certa fluidez no feminismo como, por exemplo, as diferentes correntes.



Fougeyrollas-Schwebel (2009) ressalta algumas características da luta pelas mulheres, como as diversas correntes do feminismo: feminismo radical, feminismo socialista e feminismo liberal. Dentre eles, como esclarecem os dados da pesquisa (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009) há mais abordagens que surgem a partir dessas três correntes base, como: feministas marxistas, feministas socialistas, feministas libertárias, feministas radicais, feministas lésbicas, feministas negras, feministas culturais, feministas materialistas ou feministas essencialistas. Fougeyrollas-Schwebel (2009) aponta que hoje a causa feminista aborda questões como a vontade ou falta dela referente à maternidade, à sexualidade, métodos anticoncepcionais, diversidade e muito mais.

## Qual o Lugar da Mulher?

Molinier e Welzer-Lang (2009) ressaltam o problema que se tornou a masculinidade. Seus esclarecimentos assemelham-se ao que atualmente denominamos de masculinidade tóxica, na qual esse modelo normativo de masculinidade não apenas prejudica as mulheres, mas também os próprios homens. Esse problema diz respeito à educação masculina voltada para a violência, estereotipando esse público através de várias formas, desde a educação infantil e adolescência, como: “o pátio da escola, os clubes desportivos, o Exército, bares, etc” (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 102). Esse conceito de masculinidade e virilidade pode ser percebido também no mercado laboral e os papéis dos sujeitos inseridos nele. Ao observar isso, as mulheres muitas vezes podem ser afetadas, até mesmo perdendo a sua identidade, pois como explicam Molinier e Welzer-Lang (2009, p. 104), “mulheres que desejam fazer uma carreira valorizada devem aderir ao sistema de defesa viril, desprezando ao mesmo tempo seu próprio sexo”, ou seja, esse sistema viril corresponde a não demonstrar nenhum tipo de sofrimento, não conversar sobre seus sentimentos, aparentar plena estabilidade emocional, para que assim as mulheres sejam consideradas capazes de atuar em tais funções inseridas. Na perspectiva da IES isso ainda pode ser percebido, até mesmo através dos cargos que a maioria das mulheres nele exercem.



Santos, Vasconcelos e Fossatti (2018) demonstram a inserção das mulheres como diretoras no ensino básico, e por outro lado, a inserção dos homens em altos cargos de gestão na IES. Os autores problematizam a diferença de posição homem-mulher nos referidos cargos através dos significativos dados obtidos, mas também as influências de questões como: patriarcado, sexismo, relações de poder, diferença salarial, a visão maternal que pesa sobre as mulheres até os dias de hoje, a influência que a condição política no Brasil sobre isso e também a representatividade feminina no legislativo. Portanto, segundo Santos, Vasconcelos e Fossatti (2018) há notoriamente diferença de inserção das mulheres em altos cargos de gestão nas IES brasileiras, pois este cabe aos homens. De acordo com os dados apresentados, Barbosa, Carvalho e López (2018, p. 151) ainda demonstram que “as mulheres são cerca de 75% do professorado brasileiro”, no âmbito do ensino básico (BARBOSA; CARVALHO; LÓPEZ, 2018, p. 151), o que converge com Santos, Vasconcelos e Fossatti (2018) quanto à prevalência de mulheres inseridas na educação básica. Madalozzo e Artes (2017) relacionam a segregação ocupacional das mulheres no mercado laboral com a remuneração recebida. Os autores ainda ressaltam que esse fato ocorre não apenas no Brasil mas internacionalmente também, sendo assunto de discussões e pesquisas em muitos países.

Nos achados de Madalozzo e Artes (2017, p. 207) quanto à presença de mulheres e homens em ocupações imperiais (escolhida por eles essas três: direito, engenharia e medicina) e não imperiais, apontamos um resultado curioso: nas duas ocupações “os homens que vivem em companhia de cônjuge representam uma proporção maior do que as mulheres que o fazem”. Ainda assim, a situação de mulheres sem cônjuge e inseridas em ocupações imperiais é discrepante da dos homens, 61% dos advogados e 69% de engenheiros e médicos têm cônjuge, em contrapartida, 43% das advogadas e 49% das engenheiras têm cônjuge. De acordo com os resultados dos autores, mulheres em ocupações imperiais que já tiveram cônjuge e atualmente não têm mais, também estão em porcentagem maior que os homens inseridos nessa ocupação com a mesma característica: 15% das advogadas, 18% das engenheiras e



14% das médicas, em contrapartida, 9% dos advogados, 6% dos engenheiros e 8% dos médicos.

Dito isso, como inferência diante do exposto, pensamos que a presença de mulheres com situação financeira estabelecida e a de homens, com a mesma estabilidade financeira, em relação estável, é significativamente menor. Historicamente as mulheres obtiveram o lugar de matriarcas do lar e eram classificadas como submissas a seus maridos. Essa trajetória feminina reflete até hoje, passando o âmbito particular e pessoal da vida dessas mulheres, mas também refletindo no seu “ser e existir” (ANTUNES, 2009, p. 17) na sociedade, prejudicando-as de diversas maneiras psíquicas e até mesmo financeira, como a diferença salarial.

Quanto à diferença de remuneração salarial de mulheres e homens em ocupações imperiais, Madalozzo e Artes (2017) ressaltam que a maior discrepância está nas engenharias (67%). Nos achados dos autores, a remuneração feminina assemelha-se um pouco quando as mulheres estão inseridas em cargos públicos ou profissões imperiais em contrapartida à remuneração média dos homens. Observamos que, como citado pelos autores, a maior diferença se dá nas engenharias, estas, compreendidas histórica e socialmente como uma carreira do âmbito masculino, e ainda lideradas estatisticamente pela presença masculina.

De acordo com o exposto, Dias e Nunes (2017) fazem um recorte das maiores graduações divididas por gênero: com prevalência feminina há pedagogia, administração, direito, enfermagem, ciências contábeis, serviço social, psicologia, recursos humanos, fisioterapia, arquitetura e urbanismo. Com prevalência masculina há direito, administração, engenharia civil, ciências contábeis, ciência da computação, engenharia de produção, engenharia mecânica, engenharia elétrica, educação física, análise e desenvolvimento de sistemas. Dessas, a administração, o direito e as ciências contábeis são as únicas que se repetem, e novamente as engenharias se mostram como predominantemente da área masculina.



A segregação das mulheres na sociedade pode ocorrer em decorrência da construção social, sendo claramente visível nas organizações, na IES e no mercado laboral como em totalidade. Magalhães, Andrade e Saraiva (2017, p. 15) explicam: “comportamentos podem ser reproduzidos sem que os sujeitos se deem conta”. Segundo os autores, reflexões e questionamentos sobre tais comportamentos alicerçados são evitados em debates quando se tratam, principalmente, para a diversidade, sendo essa, racial, de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, ou qualquer outra característica do ser humano que fuja à norma estabelecida pela sociedade como passível de normalidade e até mesmo aceitável. Os autores destacam que atualmente no Brasil a mulher negra, sobretudo a de baixa renda, é a que mais sofre com a discriminação e segregação, sendo que 25% da população é constituída por mulheres negras. No âmbito da discriminação que as mulheres sofrem, é o entrave quanto à licença maternidade, na qual quando estão grávidas têm o direito de se ausentar durante alguns meses do trabalho (MAGALHÃES; ANDRADE; SARAIVA, 2017) e a falta de creches para essas mulheres voltarem ao mercado laboral e ter onde deixar as crianças (CEZAR; SCHERER; CORSO, 2017). No primeiro entrave pode-se observar que, mesmo com direito à licença maternidade, período natural do ciclo de cuidado que um bebê demanda, a mulher se culpa por afastar-se do trabalho. Em contrapartida, na perspectiva do segundo entrave, a mulher sente-se também culpada por não estar presente e deixar seu filho com terceiros, tentando novamente se inserir no mercado laboral.

Apesar da diferença em altos cargos na gestão da IES (SANTOS; VASCONCELOS; FOSSATTI, 2018) as mulheres estão ativamente presentes nas universidades públicas e privadas, tanto a nível de graduação (53,8% públicas, 58,6% privadas), quanto nas titulações de mestres (60,6%) e doutoras (55%) (BARROS; MOURÃO, 2018) no âmbito brasileiro. Segundo Cezar, Scherer e Corso (2017) 60% das mulheres são graduadas e 51% compõem a pós-graduação brasileira. As autoras mencionam que cargos que exigem maior qualificação ainda são comandados por homens (91%) do que por mulheres (81%).



Somando-se aos dados mencionados, de acordo com Liberato e Andrade (2017) a presença das mulheres nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) paulistas é equivalente e, por vezes, superior à presença dos homens. Barbosa, Carvalho e López (2018) ressaltam que as mulheres constituem grande parte dos estudantes que obtêm acesso ao ensino superior. De acordo com as autoras, no ano de 2016, as mulheres eram maioria nos cursos de licenciatura (71,1%). Elas elucidam que as mulheres compõem uma parcela significativa de formandos em cursos superiores e que esses cursos são em grande parte feminizados. Moschkovich e Almeida (2015) ressaltam que, no Brasil, desde 2009, as mulheres docentes em IES chegam a 55% e formam 45% do quadro de docentes em IES públicas. Já Barreto (2015) aponta que nos dados de 2012 na seleção (54,6%), na quantidade de matrículas (55,5%), e nas conclusões (59,6%), há predominância de mulheres nas IES brasileiras. A autora ainda esclarece que essa predominância de inserção das mulheres no ensino superior ocorre mais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e que também existe a falta de equilíbrio dessa distribuição entre as áreas do conhecimento.

Nierotka e Trevisol (2016, p. 23) problematizam o acesso dos jovens às IES brasileiras privadas e públicas. Os autores declaram que o governo passou a se preocupar com a inserção de jovens de baixa renda e “desencadeando políticas públicas de expansão e interiorização das vagas, assim como ações afirmativas voltadas aos grupos sociais mais excluídos”. Os autores ressaltam também a importância da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a Lei das Cotas como políticas de inserção nas universidades e do aumento no número de matrículas nas mesmas.

Ainda sobre a democratização de acesso às IES, Jung, Cauduro e Sudbrack (2016) ressaltam o papel significativo do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi criado em 2001 e posteriormente marcado por grandes avanços, principalmente a partir do segundo PNE,



a Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014) e consiste no estabelecimento de metas significativas para a inserção da classe trabalhadora no ensino superior. Segundo Jung, Cauduro e Sudbrack (2016, p. 269) “o PNE constitui um importante instrumento jurídico para a democratização do acesso à universidade”. Os autores demonstram a correlação entre o PNE e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a qual tem o objetivo de “oferecer uma educação igualitária como direito de todos” (JUNG; CAUDURO; SUDBRACK, 2016, p. 265).

Há existência de outras políticas, como as legislações conhecidas e importantes: a lei de cotas nº. 8.213 (1991), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), mas não se tem conhecimento de políticas especialmente voltadas às mulheres.

Como dito anteriormente é possível compreender a IES como papel fundamental e significativo não apenas na formação e excelência de ensino ofertada, mas também na representatividade e empoderamento da mulher no mercado laboral. Segundo Marinho e Gonçalves (2016), as Organizações das Nações Unidas (ONU) indicaram como meta para o milênio de 2015 o empoderamento feminino, o que fomentou debates em volta de intervenções que favoreçam essa luta.

Exemplo do que foi citado e contribui para questionamentos e produção acerca desse tema na IES é o movimento feminista do Grupo de estudos e extensão “Mulheres na Universidade - GEEUM@”, (HENN; SCHERER; ALVES, 2018) da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Esse movimento de mulheres na IES é uma parceria entre Universidade Franciscana (UFN) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Esse movimento luta pela causa feminista como movimento social, bem como contribui com um espaço na academia para a problematização desse assunto e empoderamento de mulheres e demais pessoas inseridas nele. Portanto, a IES pode não apenas contribuir através das conhecidas políticas públicas, mas também por meio de ações e intervenções que promovam a reflexão, debate e problematização em volta do empoderamento feminino, da inserção da mulher na academia,



da diversidade, entre outros, visto que o maior número de pessoas inseridas na IES são mulheres, seja como alunas ou atuando na docência.

## **Categorias de Análise**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (2009)<sup>2</sup> afirma o direito do trabalho, a escolha de emprego, condições justas no mesmo, bem como igual remuneração em igual trabalho exercido. Ainda de acordo com a DUDH, o ser humano tem direito garantido à instrução e, em níveis superiores, está baseado no mérito. Diante do exposto, os achados do presente artigo demonstram as categorias que seguem.

## **Problematizando o Machismo**

O machismo exerce poder na sociedade durante anos e ainda a perpassa manifestando-se em diversas áreas, incluindo o mercado de trabalho, mesmo com o amparo do empoderamento ante aos avanços da autonomia feminina. Autores corroboram com o resultado quando ressaltam sobre a falta de lugar de fala da mulher na economia solidária. Machado (2017) descreve a trajetória do empoderamento feminino e demonstra como a mulher era tratada na sociedade. Marinho e Gonçalves (2016), descreve a longa caminhada para a conquista da cidadania e Marques-Pereira (2009), discute o problema da masculinidade, conhecida atualmente como masculinidade tóxica, a qual atinge tanto mulheres como homens.

Molinier e Welzer-Lang (2009), refletem sobre a correlação entre patriarcado, sexismo e machismo na dificuldade de inserção em altos cargos nas IES. Santos, Vasconcelos e Fossatti (2018) referem que a estabilidade financeira da mulher pode afetar suas relações pessoais. Madalozzo e Artes (2017) constata a falta de representatividade feminina em carreiras (como engenharias) consideradas masculinas (DIAS; NUNES, 2017). Ainda segundo Madalozzo e Artes (2017), a

---

<sup>2</sup> Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> em 22 de setembro de 2019.



reprodução da segregação das mulheres e do machismo continua ocorrendo na sociedade, posição que corrobora com os estudos de Magalhães, Andrade e Saraiva (2017).

## **A Governança Universitária Realmente Interfere no Processo de Empoderamento?**

A governança universitária cumpre um papel essencial no empoderamento feminino, pois atua fortemente na formação acadêmica e para o mercado laboral, visto que confere poder à sua comunidade educativa por meio do capital cultural que ajuda a forjar. Em seus escritos, Bourdieu (2019) elucida a representação e simbolização do corpo feminino perante a sociedade, bem como a diferenciação dele frente ao corpo masculino. Quando o ser humano nasce, define-se o sexo através da anatomia, já a construção da identificação é construída no decorrer da infância do indivíduo, este ainda atrelado com sua anatomia. As expressões e representações do masculino e feminino extrapolam o biológico, visto que tem influência cultural. Bourdieu (2019) expõe que o homem está ligado à figura viril e a mulher a um conceito frágil. A exemplo disso, o autor aponta a situação do exame ginecológico, na qual o médico cria uma barreira simbólica entre a vagina e a mulher, considerando-a separadamente, ou seja, “a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu” (BOURDIEU, 2019, p. 34). Dessa forma, segundo o autor, a atuação dá-se erroneamente pautada no biológico e na construção social do masculino e feminino. O modo operante do masculino na sociedade prevalece refletindo a dominação através da anatomia, sendo naturalmente aceitável e atravessando os corpos (BOURDIEU, 2019). A construção do gênero socialmente aceitável ainda consiste no aborto de qualquer traço considerado feminino no homem e na sua virilização, já na mulher, esse processo, segundo Bourdieu (2019), objetiva na limitação feminina invisível, na visão negativa de si e do corpo.

Posto isso, Bourdieu (2019) aponta algumas questões que devem ser consideradas para a mudança dessa limitação feminina invisível, bem



como o processo de empoderamento da mulher, sendo elas: a atuação do movimento feminista e a função de instituições de ensino. Bourdieu (2019) ressalta o movimento feminista como importante agente crítico social da figura da mulher e a instituição escolar como transformadora, perante o comprometimento com o acesso da mulher ao ensino, independência financeira e o impacto na estrutura familiar. De acordo com o autor, esses avanços, sobretudo de acesso educacional e profissional, ainda se distanciam do lugar masculino, pois “os progressos das mulheres não devem dissimular os avanços correspondentes dos homens, que fazem com que, como em uma corrida com handicap, a estrutura das distâncias se mantenha” (BOURDIEU, 2019, p. 150).

Entendemos o conceito de capital cultural de Bourdieu como um investimento escolar, ou seja, um rendimento e desenvolvimento do sistema de ensino (PIES, 2011) positivo. Ademais, o significado de capital cultural vai além do ensino, ele permeia a compreensão da estruturação familiar, das classes sociais da sociedade, dos grupos sociais, personalidade e singularidades de cada ser humano. Dessa forma, podemos refletir o papel do capital cultural não apenas na escolarização, mas também no convívio cotidiano em comunidade, sendo percebido como uma condição de poder sobre, “daí o termo capital associado ao termo cultura; uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais” (SILVA, 1995, p. 24). Dito isso, a sobreposição de poder e classes sociais exposta pelos autores, na qual o capital cultural faz-se figura presente, nos leva a ponderar a importância da atuação não só do gestor de ensino, mas da governança universitária, uma vez que através da sua atuação gera possibilidades de retraimento das limitações femininas invisíveis e de seu empoderamento quanto a si mesma e ao seu lugar no mundo.

Alguns resultados nos levaram a colocar essa questão em foco como: a importância do “ser” e “existir” que Antunes (2009, p. 17) ressalta no trabalho, levando-o a compreender além de um meio de sobrevivência, mas também como busca por sentido de vida e utilidade. Diante disso, Miranda et al. (2015) põe em pauta o lugar de fala, socialização e identificação da mulher na IES, como meio para essa busca de sentido de



viver no mundo e em sociedade. Antunes (2009) e Jung, Cauduro e Sudbrack (2016) debatem também a importância da educação diante da autonomia e empoderamento o que corrobora com o que já foi citado e com Marinho e Gonçalves (2016), na qual ressaltam a meta da ONU para o milênio de 2015 sobre empoderamento feminino. Visto tudo isso, apontamos novamente a importância do empoderamento feminino e o papel da IES da formação e para o mercado laboral, bem como fomentadora da problematização em torno do tema com o exemplo do movimento feminista do Grupo de estudos e extensão “Mulheres na Universidade - GEEUM@”, de Santa Maria, RS, Brasil (HENN; SCHERER; ALVES, 2018).

## **Não Importa O Lugar Que Ocupam Na Academia, As Mulheres São Maioria**

A mulher já está em maior número ocupando os espaços na academia, seja como estudante ou docente. Para elucidar este achado, trazemos ao longo do texto números e autores para melhor entendimento, como Barros e Mourão (2018), Cezar, Scherer e Corso (2017), Liberato e Andrade (2017), Barbosa, Carvalho e López (2018), Moschkovich e Almeida (2015), Barreto (2015). Ademais, ressaltamos que apesar da presença feminina na IES em maior número, as mulheres continuam em menor quantidade em altos cargos de gestão (SANTOS; VASCONCELOS; FOSSATTI, 2018; BARBOSA; CARVALHO; LÓPEZ, 2018).

Apesar da DUDH, das políticas públicas e demais meios de intervenção em favor das mulheres, como os movimentos feministas, ainda percebe-se a cultura de segregação e patriarcal influenciando a sociedade. Diante disso, a IES como fomentadora de novas ações para a geração de empregabilidade, sentido e formação de capital cultural têm um papel fundamental na vida das mulheres, até mesmo no processo de empoderamento pela formação. Como resultado importante ressaltamos a presença predominante do público feminino na academia, apesar de ainda não estarem inseridas com o mesmo percentil em altos cargos de gestão da IES.



## Palavras Finais

Por intermédio da investigação foi encontrado um grande percentil de mulheres que compõem o quadro de docentes e alunas (em diferentes modalidades), na IES, mas que mesmo assim não são vistas em altos cargos na gestão das academias. Ademais, pode-se perceber também que o desequilíbrio de inserção feminina nas áreas de conhecimento faz-se presente, principalmente nas áreas da engenharia, tradicionalmente conhecidas por masculinas.

Através dos achados também pode-se notar o estigma em torno da mulher estabelecida financeiramente, através dos dados referentes ao tipo de relacionamento afetivo que as mesmas têm. Ressaltamos a ainda presente diferença salarial e de posição feminina, bem como a cultura machista, a segregação e a visão maternal que as mulheres carregam. Diante disso, destaca-se a IES como fomentadora de formação, de capital cultural, de maneira a oportunizar a interrupção do ciclo de reprodução da segregação.

No decorrer das leituras, deparamo-nos com o conceito de capital cultural, do autor Bourdieu, bem como seus apontamentos perante a visão errônea do corpo feminino e masculino, suas raízes na sociedade ainda hoje, o acesso à escolarização, a percepção dos autores sobre o empoderamento feminino como responsabilidade da governança universitária. É necessário o fomento e debate de tais estudos, para que a percepção do lugar da mulher na sociedade contemporânea seja cada vez mais expandida, favorecendo articulações e atuações da mulher não apenas na docência, mas também em altos cargos de gestão, favorecendo o empoderamento de si e demais mulheres.

No percurso desta pesquisa, muitas reflexões e problematizações fizeram-se presentes, dentre elas qual seria o lugar da mulher. Com a descaracterização do feminino subjetivo frente à reprodução do esperado culturalmente, reforça-se a importância das mulheres perceberem que seu lugar é qualquer lugar em que desejarem estar e/ou permanecer e a educação superior pode colaborar neste sentido, principalmente por meio da atuação da governança. Ademais,



salienta-se ainda a problematização do machismo e sua presença na sociedade que perpassa e se apresenta em diversas áreas, incluindo o mercado de trabalho; a importância da governança universitária perante o processo de empoderamento da mulher no mercado de trabalho e na academia e, enfim, o lugar da mulher e sua representatividade em maior número nas IES.

Por fim, foi possível verificar que a academia constitui-se em um espaço de maior presença feminina do que masculina. Entretanto, os mais altos cargos de gestão ainda são ocupados por homens. Percebe-se que existem avanços significativos na inserção da mulher no trabalho, porém a cultura machista ainda sobrepõe-se, dificultando a presença feminina em altos cargos.

## Referências

ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, R. C.; CARVALHO, M. E. P. de; LÓPEZ, A. M. Inclusão educacional, digital e social de mulheres no interior da Paraíba: uma experiência na UFPB. *Revista brasileira Estudos pedagógicos*, v. 99, n. 251, p. 148-171, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Oz9aDV>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. reimp. da 1. ed. de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, P. C. da S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 39-64, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Ss36Op>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

BARROS, S. C. Da V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na Educação Superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Revista Psicologia Social*, v. 30, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/374qerO>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.



BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2014*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31y4Hqc>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Disponível em <https://bit.ly/2jiBN5F>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013*. Capítulo I da Definição, Qualificação, Prerrogativas e Finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior. 2013. Disponível em <https://bit.ly/1FHdRh1>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

BRASIL. *Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em <https://bit.ly/1HN8xPt>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

BRASIL. *Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991*. Lei de Cotas para deficientes. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras Providências. Diário Oficial da União. 1991. Disponível em <https://bit.ly/1kml65p>. Acesso em 02 de agosto 2019.

CEZAR, B. G. Da S.; SCHERER, L. A.; CORSO, K. B. Empoderamento feminino na carreira de mulheres docentes: estudo em uma universidade federal do interior do Rio Grande do Sul. *Revista de Carreiras e Pessoas*, v. VII, n. 01, p. 440-455, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39tk3zb>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

DIAS, M. A.; NUNES, E. Mercado E Educação: cenário atual do ensino superior brasileiro. *Revista FATEC Zona Sul*, v. 3, n. 2, p. 1-22, 2017 Disponível em: <https://bit.ly/2H95DYx>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

FOSSATTI, P.; CONTRERAS, F. G.; JUNG, H. S. Reflexiones en torno a la gobernanza universitaria: Una mirada desde Latinoamérica. *Revista Espacios*, v. 38, n. 35, p. 14-25, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2uHxA7q>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 144-149.



HENN, L. G.; SCHERER, J.; ALVES, G. DA R. DO A. Movimento feminista: “Mulheres na Universidade-GEEUM@”. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/375xcN5>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

JUNG, H. S.; CAUDURO, T. G.; SUDBRACK, E. M. O plano nacional de educação como articulador da democratização do acesso à universidade e empoderamento da classe trabalhadora. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 2, n. 2, p. 257-273, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2S6pfTt>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

LIBERATO, T. F. & ANDRADE, T. H. N. de. Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/382NB6h>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

MACHADO, M. I. Para que serve o gênero? – Experiências de mulheres, invisibilidade e realocamento do sujeito. *Revista Pluralidades em Saúde Mental*, v. 6, n. 2, p. 31-44, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UwiRGU>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. *Revista Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 202-221, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39hGlDS>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

MAGALHÃES, A. F.; ANDRADE, C. R.; SARAIVA, L. A. S. Inclusão de minorias nas organizações de trabalho: análise semiótica de uma estratégia de recrutamento de uma multinacional de fast food. *Revista Teoria e Prática em Administração*, v. 7, n. 2, p. 12-35, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2vYwJiZ>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudos Sociais Online*, v. 56, p. 80-90, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2tBCm5K>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.



MARQUES-PEREIRA, B. Cidadania. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 35-39.

MIRANDA, A. R. A.; CAPPELLE, M. C. A.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Trabalho, socialização e identidade: um estudo com professoras gerentes de uma universidade pública. *Revista Avaliação*, v. 20, n. 2, p. 353-375, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39eCx65>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

MOLINIER, P.; WELZER-LANG, D. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 101-106.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/375zziX>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katál*, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Sq1Rzx>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, M. M. DA S. *Mulher e trabalho sob a perspectiva feminina no Município de Sumé-PB*. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais). Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, PB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZoBbEg>. Acesso em: em 18 de maio de 2020.

PIES, N. G. *Capital cultural e educação em Bourdieu*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2vr8Kcj>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

PRONI, T. T. DA R. W.; PRONI, M. W. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2UzsYdW>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.



SANTOS, A. V. D.; BRAGA, I. C. M.; GUIMARÃES-IOSIF, R. M. A governança no contexto da pesquisa em educação no Brasil. *Revista Linhas Críticas*, v. 22, n. 49, p. 642-666, 2016. Disponível em <https://bit.ly/2T9EJXD>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2020.

SANTOS, J. D. M.; VASCONCELOS, R.; FOSSATTI, P. Reflexões sobre gênero na gestão da educação básica e superior. In: VI Congresso Iberoamericano de Investigação em Governança Universitária e I Encontro Regional Gestão Educacional em Diferentes Contextos, 6º. ed., 2, p. 510-520, Canoas. *Anais Investigação em governança universitária [recurso eletrônico]: memórias*. Canoas, RS: Unilasalle, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2kY6HHt>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

SARTÓRIO, F. D. V.; PRATES, D. M. DE A.; FERREIRA, S. D. Jovens feministas: um estudo sobre o feminismo no Instituto Federal Sul-rio-grandense. *Revista Thema*, v. 14, n. 3, p. 20-36, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2tImCOA>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

SILVA, G. O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - INFORMARE*, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3cholvJ>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2020.

SILVA JÚNIOR, C. P.; MARTINS, O. S. Mulheres no Conselho Afetam o Desempenho Financeiro? Uma Análise da Representação Feminina nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 12, n. 1, p. 62-76, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2T3O3vX>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020.

THOME, C. F. *O princípio da igualdade em gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores*. Tese (Doutorado em Direito). Direito do Trabalho e da Seguridade Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2GZNDQy>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

TRAT, J. Movimentos sociais. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 149-154.

WILL, D. E. M. *Metodologia da pesquisa científica: livro digital*, 2. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2012.

## Reflections on Female Empowerment and University Governance

**ABSTRACT:** The purpose of the proposed study consists of reflects on women's empowerment as one of the responsibilities of university governance. The university gives power to its community employing the cultural capital that is shaped by the university. The methodology is qualitative and is based on the literature review. The results of the study appoint that sexism still influences the society, manifesting in multiple areas, which includes the labor market; the governance represents a relevant role in women's empowerment as a result of conceding power to its academic community through the cultural capital it helps creating; women already occupy most spaces in the higher education. Therefore, the higher education constitutes a space of feminine presence and has a fundamental role in empowerment, however, there still are the major masculine presence in higher positions.

**KEYWORDS:** Women's. Higher Education Institutions. Cultural Capital. Labor Market.

**Joanah Dal Mas dos SANTOS**

*Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

*Graduanda do curso de Psicologia da Universidade La Salle - Unilasalle Canoas e bolsista de Iniciação Científica do grupo de pesquisa Gestão Educacional nos Diferentes Contextos na mesma universidade.*

*Email: joanah.dalmas@hotmail.com*

*ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7304-8804>*

**Hildegard Susana JUNG**

*Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

*Doutora em Educação. Docente e coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade La Salle. Pesquisadora e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Unilasalle.*

*Email: hildegard.jung@unilasalle.edu.br*

*ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5871-3060>*

**Mariana Pinkoski de SOUZA**

*Universidade La Salle - Unilasalle Canoas*

*Doutoranda em Educação. Mestre em Educação. Fisioterapeuta. Integrante do Grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos.*

*Email: marianapinkoski@gmail.com*

*ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0044-7879>*

**Emanuele BARBOSA**

*Universidade La Salle - Unilasalle Canoas  
Graduanda do curso de Psicologia da Universidade La Salle. Integrante do  
Grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos. Atua como  
analista no Centro Internacional e de Hospitalidade da Unilasalle.  
Email: emanuele.barbosa@unilasalle.edu.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8945-1390>*

**Paulo FOSSATTI**

*Universidade La Salle - Unilasalle Canoas  
Doutor em Educação. Pesquisador e docente permanente do Programa de  
Pós-graduação em Educação da Unilasalle e Reitor desta universidade. Líder do  
Grupo de pesquisa Gestão Educacional nos diferentes contextos.  
Email: paulo.fossatti@unilasalle.edu.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9767-5674>*

*Recebido em: 30/06/2020*

*Aprovado em: 04/03/2022*